

RACIALIZANDO AS DIFERENÇAS REGIONAIS: SÃO PAULO X BRASIL, 1932.¹

Barbara Weinstein
Department of History
University of Maryland – College Park.

Os paulistas formaram dentro da raça e da Pátria uma clamorosa aberração. São Paulo era grande demais para o Brasil... O Brasil não chega bem a ser uma civilização, é uma precariedade, em grande parte de carácter equatorial, [enquanto] São Paulo é uma civilização europeia cristã, com a mentalidade, o clima, a internacionalidade, os recursos duma civilização europeia cristã.²

A narrativa padrão da história pós-colonial brasileira retrata a consolidação do Estado centralizado sob o domínio de Getúlio Vargas nos anos 30 como tendo efetivamente suprimido as robustas identidades regionais, as quais eram um traço saliente da política e da cultura brasileira durante o primeiro século de independência. De acordo com essa crônica da formação do Estado-nação, sob a nova ordem pós-federalista, as oligarquias políticas regionais subordinaram-se à hegemonia do estado central e as elites econômicas locais gradualmente articularam seus interesses visando um projeto para a integração econômica nacional³. Brasileiros de todas as regiões e de todas as classes sociais adotaram a “democracia racial” como um discurso hegemônico da identidade nacional, em lugar da ideologia do “branqueamento” que dominou o pensamento racial durante a República Velha (1889-1930). O conceito de democracia racial, como definido pelo seu principal arquiteto intelectual, Gilberto Freyre, imaginou uma nação baseada numa fusão harmoniosa entre culturas europeias, africanas e indígenas, perfazendo uma única nacionalidade que, a despeito do papel “principal” desempenhado pelos brasileiros descendentes de europeus, rejeitou a discriminação racial e valorizou as tradições culturais não europeias⁴. Em resumo, o regime Vargas não apenas operou para a centralização da política e da economia, mas também promoveu uma identidade nacional homogênea que transcendeu às variações regionais e aos costumes.

Em décadas recentes, houve uma enxurrada de livros e artigos rejeitando o conceito de “democracia racial” como um mito que obscurece a contínua discriminação sofrida pelas pessoas de cor no Brasil, ou como um discurso oficial que tem sido o maior obstáculo para os movimentos em favor da igualdade racial e da justiça social.⁵ Tais estudos têm sido muito

valiosos para as lutas políticas contemporâneas no Brasil mas, freqüentemente, têm como defeito ocultar a falácia funcionalista que trata a “democracia racial” como um conceito que emerge com o único propósito de obscurecer a discriminação racial e absolver as elites de qualquer culpa pela desigualdade racial.⁶ Com certeza, esse aspecto do discurso ajuda a explicar sua longa popularidade entre os segmentos mais poderosos da sociedade brasileira, mas dificilmente explica como e porque a democracia racial emergiu como um elemento imperativo de identidade nacional (com um apelo que foi muito além de elites voltadas para seus próprios interesses), em primeiro lugar, e não considera as circunstâncias históricas (e discursos raciais contraditórios) que produziram o trabalho de Freyre e possibilitaram o florescimento de suas idéias.⁷

Novamente, há muito tempo supõe-se que a noção de “democracia racial”, quaisquer que sejam seus defeitos e limitações, superou e deslocou o discurso racial, e serviu para homogeneizar ainda mais a identidade nacional. Neste ensaio, contudo, argumentarei que continuou existindo uma pluralidade de discursos sobre raça e seu lugar na identidade nacional brasileira, e que esses discursos estavam intimamente conectados com identidades regionais que persistiram além dos anos Vargas. Crucial para a continuidade do desenvolvimento da identidade regional (mas ao mesmo tempo nacional) foi a construção da diferença racial com base em origens regionais, com imagens de modernidade e progresso econômico, tradição e atraso, as quais foram estreitamente interconectadas com representações de raça. De fato, em uma nação “racialmente democrática” em que a discussão explícita sobre raça era cada vez mais desaprovada, a identidade regional poderia convenientemente substituir as noções de “escurecimento” e “embranquecimento”. Mais especificamente, sustento que a identidade regional no Estado de São Paulo, identidade *paulista*, passou a ser associada, na cultura brasileira, não apenas à indústria, à modernidade e ao progresso econômico, mas também ao embranquecimento e a uma narrativa particular na história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação. Além disso, essa identidade continua a informar os debates sobre cidadania e inclusão política no século XXI.

Há muitas maneiras diferentes de explorar a relação entre raça e regionalismo no Brasil, mas nenhum momento parece ser mais adequado a esse propósito do que o período de 1931/1932, o qual assistiu a uma escalada de tensão entre São Paulo e o recém instalado regime Vargas, culminando numa guerra civil, com duração de três meses, entre um governo do estado insurgente e as forças federais.⁸ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um momento crucial para se considerar o que significava ser *paulista*, como isso se relacionava com o ser

brasileiro, e quais as implicações para as demais identidades regionais. Embora a derrota de São Paulo soasse como a morte para as máquinas políticas com bases regionais da República Velha, sua posição duradoura como centro econômico dominante no Brasil permitiu que uma construção particular e racializada da identidade paulista sobrevivesse e florescesse depois que as forças Constitucionalistas depuseram suas armas.

No caso de São Paulo, a variedade do regionalismo em questão é uma versão que emerge junto com a própria disseminação desigual da modernidade e do desenvolvimento capitalista, um processo que é particularmente conspícuo no Brasil.⁹ A base discursiva para o regionalismo nessa versão é a agressiva afirmação da distinção regional como o equivalente da superioridade, geralmente acompanhada pela reivindicação de que a região em questão é desproporcionalmente responsável pela grandeza e sustentação da nação.¹⁰ Tais movimentos podem expressar seus ressentimentos e demandas em termos fiscais ou políticos, mas sua crítica do *status quo* geralmente se assenta sobre a demanda implícita de que a prosperidade da região (e por extensão, da nação) é uma conseqüência dos atributos culturais superiores da sua população, um argumento que pode, facilmente, conduzir a ideologias racistas. Diferentemente dos discursos regionais mais familiares que posicionaram sua causa como um movimento dos excluídos ou dos oprimidos,¹¹ os escritores, intelectuais e políticos que construíram a identidade de São Paulo dentro da nação brasileira, tipicamente, viam a sua região como culturalmente e economicamente superior, como a vanguarda do progresso e da civilização, enquanto o resto da nação aparecia como o “Outro”, numa relação cultural remanescente daquela entre colonizador e colonizado¹².

Ao elaborar esse discurso da superioridade regional, os paulistas usaram percepções racializadas sobre modernidade e civilização, compartilhadas pelas elites em toda a sociedade brasileira. As décadas pós-emancipação coincidiram com o apogeu do racismo científico e mostraram uma preocupação considerável, entre uma ampla e variada gama de intelectuais e homens de estado, em promover sua nação como moderna e honorável por meio do processo de embranquecimento¹³. Mas tais noções ganharam um fluxo particular em São Paulo, onde o rápido crescimento da renda do Estado, advinda do *boom* do café, permitiu que o governo subsidiasse uma massiva imigração européia e promovesse condições favoráveis à industrialização. Essa mesma política consignou os ex-escravos, cuja labuta pesada havia tornado possível a prosperidade do estado, a uma crescente posição de marginalidade na sociedade paulista e na sua vida econômica, e difamou a capacidade dos brasileiros de outras regiões.¹⁴ A despeito do declínio do prestígio do racismo biológico ou científico nos anos 20, certas características “imutáveis” continuariam a ser atribuídas

aos brasileiros de acordo com suas regiões de origem, tanto a cultura popular quanto a da elite. Mesmo como discursos de civilização – a modernidade e o progresso substituíram preocupações com a mistura racial e a degeneração – noções de diferença baseadas na raça (amplamente construídas), longe de desvanecer, floresceram em novos contextos discursivos.

DESIGUALDADE REGIONAL E A LUTA PELA HEGEMONIA POLÍTICA.

Os historiadores, tradicionalmente, concordam que o regionalismo e o nacionalismo representam tendências antitéticas, mas a República Velha (1889-1930) do Brasil providenciou um exemplo histórico convincente de um período que testemunhou ambos, o ressurgimento do regionalismo e a emergência do nacionalismo. Prasenjit Duara, escrevendo sobre a passagem do século na China, afirmou que o regionalismo e o nacionalismo floresceram juntos; mas ele estava interessado principalmente em regiões que lutavam para manter uma identidade autônoma contra as ameaças da marginalização ou homogeneização representadas pelas forças centralizadoras dominantes.¹⁵ No caso de São Paulo, estamos discutindo sobre elites regionais que exerceram um considerável domínio político no nível federal – uma dominação que eles procuraram, energicamente, “naturalizar” por meio de estratégias discursivas e narrativas, especialmente quando a ascensão de Vargas ameaçou abalar a configuração do poder já estabelecida.

Todavia, os políticos paulistas (e a sua formidável guarda armada: a Força Pública) não responderam imediatamente, com alarme, à chegada de Vargas ao poder em 1930. Devido ao crescente sentimento nacionalista, à intensificação da crítica ao sistema republicano, e às várias crises dos anos 20 (incluindo as revoltas militares e a quebra da bolsa), os paulistas responderam à “Revolução de 1930” de Vargas, oscilando entre a neutralidade cautelosa e o apoio entusiástico.¹⁶ Em contrapartida, eles esperavam que Vargas reafirmasse a posição especial de São Paulo dentro da federação brasileira, com a indicação de um civil paulista como interventor, e a rápida convocação de uma Assembléia Constituinte. Ao invés disso, Vargas nomeou um tenente nordestino, João Alberto Lins de Barros, como interventor, e designou Miguel Costa, um tenente ainda mais radical, como chefe da polícia do estado. Essas indicações imediatamente provocaram manifestações de descontentamento entre a elite política paulista, porém o partidatismo entre as lideranças políticas regionais impediu as primeiras tentativas de desafio ao regime Vargas. Crescentemente estimulada pela “humilhação” de São Paulo sob a ditadura, no início de 1932, as duas maiores facções políticas do estado se uniram contra Vargas e o

movimento começou a assumir contornos e dimensões, incluindo protestos de massa em favor do retorno da ordem constitucional. Na esperança de evitar um confronto direto, Vargas indicou um civil paulista, Pedro de Toledo, como interventor, mas falhou ao não demitir o amplamente rejeitado Miguel Costa e não permitir que Toledo constituísse um secretariado “paulista”. Os Constitucionistas paulistas (assim nomeados devido à sua demanda pela assembleia constituinte) responderam com a tomada do governo do estado em 23 de maio, embora não fosse, ainda, uma ampla revolta armada. Enquanto isso, oficiais militares descontentes (anti-tenentistas) apoiaram São Paulo, assim como fez a Força Pública do estado. Isso desembocou, em 9 de julho, na declaração de guerra contra o governo central. Nos 83 dias que se seguiram, tropas leais ao estado, um punhado de soldados do exército regular, bem como um grande número de voluntários paulistas mal treinados e mal equipados, engajaram-se em uma luta assimétrica contra as tropas federais. No início de outubro, oficiais da Força Pública, percebendo a situação como desesperadora, negociaram um cessar-fogo com o governo central, colocando fim ao conflito.¹⁷

A interpretação oficial (getulista) da revolta considerou a Revolução de 1932 como uma simples ação restauracionista ou de retaguarda por parte da oligarquia paulista para recuperar o poder e os privilégios perdidos com a ascensão de Vargas (cujo regime representava a inevitável marcha da nação em direção à centralização e unificação)¹⁸. Em geral, os historiadores têm reproduzido essa versão oficial, mesmo que isso não corresponda às evidências empíricas básicas em muitos aspectos. Por exemplo, dentre os incitadores centrais da revolta estavam membros do Partido Democrático – que fôra intensamente crítico da máquina estatal e apoiador decisivo de Vargas quando ele assumiu o poder pela primeira vez¹⁹. Além disso, longe de posicionar-se como a fortaleza da tradição contra a maré de mudança radical, os paulistas baseavam suas exigências de liderança nacional na modernidade de São Paulo, comparada ao restante do Brasil. Era, precisamente, o alegado “atraso” das regiões pró-Vargas que as lideranças paulistas publicamente desprezavam.

Finalmente, a noção de que a Revolução era uma ação de retaguarda engendrada pela oligarquia paulista tampouco explica a forte continuidade do entusiasmo regionalista no curso da Campanha Constitucionalista, nem o massivo apoio popular ao movimento em vários momentos do conflito. Estou assumindo também, em sintonia com a “nova história política”, que a linguagem e a ação política fornecem um significado particular ao movimento – em contraste com uma antiga abordagem Marxista que procurava descobrir os “verdadeiros” interesses de classe ou setoriais subjacentes ao conflito político. Assim, houve facções da elite que obtiveram vantagens

econômicas promovendo a rebelião, mas isso dificilmente explica por que ou, mais importante, *como* ocorreu a revolta, ou o significado que teve para os seus participantes²⁰.

Como se poderia imaginar, a Campanha Constitucionalista e a Revolução de 1932 produziram uma profusão de textos, polêmicas, poesias, cartazes, músicas e artefatos por meio dos quais os paulistas procuraram delinear e clarificar sua identidade regional (mas ao mesmo tempo nacional) e justificar suas pretensões de domínio nacional. O conflito regional contra o governo central forneceu as condições para o crescimento de representações e discursos sobre a identidade regional. Mas as narrativas e imagens da superioridade paulista não apareceram abertamente na arena política com o início da Campanha Constitucionalista assim como não desapareceram quando a revolta sofreu sua derrota. Ao invés disso, os líderes e os apoiadores do movimento puderam usufruir por quase seis décadas de discursos, ensaios e iconografias para propagar suas pretensões de grandeza regional.²¹

As bases materiais para essas pretensões foram minuciosamente discutidas na historiografia brasileira e serão apenas brevemente apresentadas aqui. Na década de 1870, com a alta dos preços do café, o maior centro de exportação de produtos, e de mão-de-obra escrava, deslocou-se para a província de São Paulo que, durante a década final do Império (1879-1889), fez uma transição, passando de uma economia atrasada, com uma capital adormecida, para a mais rica província do Brasil, atravessada por ferrovias e prósperas plantações, tornando-se o centro urbano com o crescimento mais rápido da América Latina. Durante os anos de 1890, centenas de milhares de imigrantes europeus afluíram para São Paulo para substituir os escravos emancipados nas fazendas de café e, nas décadas iniciais do século XX, São Paulo havia iniciado a transição para tornar-se uma economia industrial.²² De fato, por volta de 1930, São Paulo aspirava ao título de mais importante centro manufatureiro da América Latina²³. Além disso, São Paulo não estava longe de equiparar-se ao Rio de Janeiro como centro da cultura erudita. Os anos 20 viram o retumbante aparecimento dos modernistas paulistas – uma audaciosa variedade de escritores de vanguarda e artistas que proclamaram sua região com a apoteose da modernidade brasileira, ao mesmo tempo que lançavam questionamentos críticos sobre a vida urbana contemporânea²⁴. À luz desses múltiplos desenvolvimentos, requeria-se pouco trabalho ideológico para os intelectuais paulistas retratarem sua província nativa como favorecida pelo destino. Nos anos 20, as elites por todo o Brasil reconheceram, rancorosamente, que São Paulo detinha as economias industrial e agrária mais prósperas da nação, bem como suas tendências culturais mais inovadoras²⁵.

Uma vez que o regionalismo paulista seria, algum tempo depois, comparado com o separatismo por muitos dos seus opositores, é importante notar que a já mencionada concepção da superioridade paulista era, de certa forma, o oposto do separatismo – concebendo a nação brasileira como um todo, com São Paulo²⁶. Ao mesmo tempo, a construção paulista da identidade nacional Brasileira, que virtualmente atribuía toda ação histórica e todo o progresso nacional à modernidade de São Paulo, não era mais inclusiva do que um programa separatista. Isso não era apenas uma identidade regional (mas ao mesmo tempo nacional), mas uma maneira de relegar a maioria das outras regiões do Brasil ao status de pré-modernas ou de “Outras” insuficientemente civilizadas²⁷. Desse modo, mesmo um auto-proclamado anti-racista e nacionalista como Antônio Baptista Pereira declarou que São Paulo estaria sempre na “vanguarda” da marcha brasileira para a modernidade, e que sua região era “o Apóstolo dos Povos... é São Paulo que carrega o fardo das longas cruzadas, para ensinar ao Brasil o significado da brasilidade, para mostrar ao Brasil o caminho para ser um Brasil-Maior.”²⁸ Como Tânia de Luca pertinentemente ressalva, os paulistas falavam da grandeza da *nação* em termos inteiramente *regionais*.²⁹ Durante a revolução de 1932, um slogan popular: “Tudo por São Paulo! Tudo pelo Brasil!” habilmente evidenciava essas inclinações.

Tanto o domínio político de São Paulo durante a República Velha quanto seu dramático crescimento econômico nesses anos contribuíram para a metonímica imagem de São Paulo como o “Brasil que deu certo”. Mas nem o poder político nem o sucesso econômico podem ser tratados como bases óbvias para a formação da identidade, pois em si mesmos e por si mesmos, eles não fornecem as bases materiais para a construção da identidade regional com amplo apelo popular. De fato, comparada com outros regionalismos, a identidade paulista é relativamente débil no domínio cultural, em parte porque um regionalismo inspirado pelo rápido progresso econômico e pelo anseio da modernidade dificilmente pode jactar-se de ricas fontes do folclore e tradições, inventadas ou não.³⁰ São Paulo parece ser, no conjunto, extraordinariamente pobre nos aspectos performativos do regionalismo que Pierre Bourdieu menciona como cruciais para o cultivo das lealdades regionais.³¹ Com uma exceção: os intelectuais paulistas, principalmente os historiadores, aos quais pode ser creditada a bem sucedida construção de um mito de origem fundamental – que posicionou São Paulo não apenas como crucial para a formação da nação brasileira, mas também como qualificativamente diferente do resto da nação. Nessa narrativa histórica, o Brasil, além das fronteiras de São Paulo, aparece como fundamentalmente atrasado, sobrecarregado pelo legado colonial do declínio do domínio português, pela monarquia obscura e pela *Plantation*. Em contraste, o idiossincrático passado colo-

nial de São Paulo supostamente explicaria a singular disposição regional, e sua receptividade, para a modernidade. O mito fundamental para essa representação cultural foi a saga dos bandeirantes.

Brevemente, as bandeiras eram grupos de homens que tinham suas bases em São Paulo, de onde organizavam expedições de longa distância para explorar o interior brasileiro durante o século XVII e início do XVIII, principalmente na busca de metais preciosos e escravos indígenas. Na “Lenda Negra”, escrita pelos missionários espanhóis, o bandeirante tem um caráter cruel e moralmente inaceitável, mas nas mãos dos publicistas paulistas no início do século XX, ele é resgatado como um empreendedor proto-capitalista. Em contraste com o parasitário, decadente e tradicional plantador de açúcar do nordeste colonial, o *bandeirante* é um empreendedor e um aventureiro. Além disso, foram os *bandeirantes*, cuja intrepidez permitiu explorar os mais remotos recantos do interior brasileiro, que garantiram as fronteiras da futura nação brasileira, estabelecendo, assim, sua inatacável pretensão de grandeza da mesma.³²

O que essas rotineiras litânias auto-congratatórias do excepcionalismo de São Paulo suprimiram foi o crucial “interregno” da *Plantation*. Inclusive, podem-se ler relatos populares ou acadêmicos sobre a história de São Paulo e não perceber o fato de que a região, por várias décadas, na segunda metade do século XIX, foi a mais importante do Brasil no que se refere a uma economia de *plantation* escrava. Quando se admitiu isso, esse fato inconveniente tornou-se um trunfo, juntamente com a alegação de que os fazendeiros paulistas apresentavam uma disposição progressista que os tornou relutantes em confiar nos escravos e ávidos por adotar novas tecnologias. Os fazendeiros paulistas não eram típicos escravocratas e, ademais, desempenharam um papel crucial na abolição da escravidão e na modernização da agricultura.³³ Quanto à “mácula” da escravidão na população de São Paulo, o folclorista Dalmo Belfort de Mattos consolou seus leitores com a afirmação de que a população de cor apenas breve e temporariamente tornou-se uma maioria durante a primeira fase do *boom* do café. “Isso passou logo. A mortalidade e a mistura gradualmente eliminaram o *excesso* de Africanos.”³⁴

O sucesso da saga bandeirante e seu papel na construção da identidade regional dificilmente podem ser exagerados. Virtualmente cada poesia ou polêmica do período da Campanha Constitucionista faz uma referência aos antepassados bandeirantes dos paulistas. Retratos de Fernão Dias, Domingos Jorge Velho e outros históricos bandeirantes adornavam as notas bancárias emitidas pelo curto governo revolucionário, e os bandeirantes pairavam como figura de fundo nos cartazes de recrutamento lançados pelas milícias voluntárias. No início dos anos 30, o ‘povo bandeirante’ tornou-se um sinônimo amplamente

aceito para o *povo paulista*. Em resumo, os bandeirologistas haviam criado uma bem sucedida “etnicidade imaginária”, baseada numa grandiosa *narrative of descent*, para usar uma expressão bastante adequada de Prasenjit Duara.³⁵

O DISCURSO DA SUPERIORIDADE PAULISTA E A REVOLUÇÃO DE 1932.

O restante deste artigo focará principalmente na Campanha Constitucionalista de 1932 e na guerra civil. Durante esse episódio histórico, líderes regionais forjaram defesas particularmente calorosas da superioridade de São Paulo e retratos depreciativos insólitos de brasileiros de outras regiões, tornando explícitas constatações que talvez permaneçam implícitas em “tempos normais.” Utilizando liberalmente as teorias do Darwinismo Social acerca da adequação de diferentes raças para o progresso e a modernidade, bem como as teorias históricas aparentemente contraditórias acerca dos estágios da civilização, jornalistas e intelectuais paulistas celebraram as virtudes cívicas da população regional, que eles atribuíam ao seu caráter mais “civilizado”. Discurso após discurso, ensaio após ensaio, os paulistas exaltavam a fibra cívica e moral do povo bandeirante, o caráter culto e civilizado do povo paulista, e a direta associação entre o “estágio de civilização” da região e a sua obediência às regras da lei.

Mas e o restante do Brasil? Como o discurso regionalista paulista construiu seu “Outro” dentro da nação brasileira? Isso variou, de maneira típica, de acordo com os propósitos políticos dos grupos e dos indivíduos, ainda que certas suposições informassem o discurso político através do espectro de facções políticas. O grupo de paulistas que abertamente advogava o separatismo em 1932 não hesitou em construir cada uma das outras regiões do Brasil como amplamente inferior ao estado de São Paulo, e nos termos mais depreciativos. Por outro lado, muitos líderes constitucionalistas mantiveram esperanças de receber apoio das facções anti-Vargas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, e tiveram que retratar essas regiões de maneira mais favorável; talvez elas fossem inferiores a São Paulo, mas a tendência entre os “moderados” era enfatizar que eles compartilhavam o respeito às regras da lei e à manutenção da ordem.³⁶ Então, o que causava uma indignação comum? O norte/nordeste do Brasil, que eram consistentemente retratados como regiões atrasadas, ocupadas, principalmente, por povos primitivos e degenerados.

De fato, uma das mais marcantes características dos discursos paulistas durante esse período é a crescente identificação do regime Vargas com as regiões empobrecidas e, em grande medida, não-brancas do norte e nordeste do Brasil – a despeito do fato de Vargas e seus auxiliares mais próximos serem do extremo sul do Brasil. As bases para essa identificação variavam, mas muitos

escritores proeminentes alegavam que apenas povos que tinham alcançado o estágio “industrial” de civilização sentiam necessidade das regras da lei; sociedades agrárias e pastoris, como as do nordeste, teriam uma afinidade natural com regras arbitrárias e autoritárias.³⁷ Ademais, as tropas federais que “invadiram” São Paulo eram consistentemente descritas como tendo sido recrutadas entre os habitantes semi-selvagens do nordeste atrasado. Por meio desse processo de representação, os paulistas elevaram o caráter cultural e civilizado de sua própria campanha, ao mesmo tempo que as forças de Vargas eram situadas no campo do atraso, da incivilidade e dos elementos mais “obscuros” da sociedade brasileira. De acordo com Mário de Andrade, durante a campanha de 1932 os paulistas jocosamente se referiam ao regime de Vargas como a “*ditanegra*”.³⁸ Talvez, nenhum relato expresse esse processo de criação do “outro” melhor do que a descrição de Vivaldo Coaracy das “forças de ocupação” que entraram na cidade após a rendição do estado: “Eram soldados dum tipo estranho, que pareciam pertencer a outra raça, baixos, amarelos, de maçãs salientes e olhos oblíquos. Muitos usavam os dentes limados em ponta. Todos traziam nos olhos escuros, de mistura com o pasmo ante a cidade soberba, uma luz de desafio e provocação.”³⁹ Outra contundente expressão de desprezo dos paulistas em relação aos “invasores” está no centro dos comentários de Paulo Duarte, líder do Partido Democrático, para quem os nordestinos desempenham “o mesmo papel daqueles negros de Dakar, cartola à cabeça e os pés no chão, convictos duma alta posição de *citoyen français*.”⁴⁰

Alguns relatos contemporâneos da guerra continham até mesmo estranhos ecos da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, uma renomada crônica do conflito de 1896 entre os membros de uma comunidade milenarista no sertão da Bahia e as tropas republicanas. Ela é um exame decisivo do conflito entre “dois Brasis”: o civilizado e crescentemente europeizado do litoral, e o atrasado, racialmente misto e embebido em religiosidade do interior. Durante a breve fase do conflito armado em 1932, os correspondentes de guerra paulistas e os combatentes relutavam em admitir que as forças Constitucionalistas estivessem em severa desvantagem técnica, uma vez que isso poderia contradizer a noção de que São Paulo estava longe de ser a região tecnologicamente mais avançada e materialmente mais próspera do Brasil. Ao invés disso, eles preferiam colocar a culpa nos milhares de “nortistas” que “fanaticamente” arremessavam seus corpos contra as tropas paulistas e esmagavam as forças constitucionalistas com sua superioridade numérica. O cenário de soldados racionais e modernos competindo contra bárbaros irracionais está muito próximo da luta descrita na crônica de Euclides da Cunha e nos seus relatos sobre Canudos, mas dessa vez foram as auto-proclamadas “forças da civilização” que sofreram a derrota.⁴¹

BRANCURA, MODERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PAULISTA.

A seção a seguir irei oferecer exemplos específicos dos diferentes modos pelos quais a identidade paulista era, explícita ou implicitamente, racializada no contexto das lutas políticas regionais visando ao poder nacional.⁴² Antes de começar essa discussão das idéias racializadas da identidade paulista (e brasileira), contudo, devo tornar mais claro como entendo essa questão. Não estou argumentando que os participantes da Revolução Constitucionalista eram exclusivamente brancos e de classe média. As forças paulistas incluíam uma Legião Negra de tamanho considerável, e muitos dos batalhões municipais, a se julgar pelas fotografias, incluíam homens de cor. Ao invés disso, estou argumentando no nível de representação, no qual irei propor que o paulista é, indubitavelmente, branco e de classe média. Como observou C. R. Cameron, cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo durante a rebelião de 1932: “São Paulo [...] tem uma extraordinária moral engendrada pelos vinte meses de humilhação e pela convicção de estar lutando pela sua posição política, pela *cultura dos homens brancos* e pelas riquezas, pelas vidas e pelas casas dos seus cidadãos.”⁴³

O ponto-chave que eu quero ressaltar no material que segue é: a despeito dos vários graus de explicitação sobre diferenças raciais, todos os líderes da Revolução Constitucionalista justificaram sua rebelião contra o governo federal com alusões à superioridade de São Paulo – uma posição que somente poderia ser sustentada com referência a um entendimento racializado sobre a evolução da nação brasileira. Existiram, certamente, variações na linguagem e na retórica, tanto quanto ajustes por razões de conveniência política, mas é impressionante perceber a grande coincidência de argumentos ternamente propostos por um membro importante do supostamente “progressista” Partido Democrático, Paulo Duarte, e um seguidor declaradamente racista do Partido Republicano Paulista, Alfredo Ellis Jr., quando eles compararam os paulistas a outros brasileiros. Devo também enfatizar que os exemplos citados a seguir procedem quase inteiramente de fontes da elite ou de intelectuais com acesso privilegiado à imprensa e às publicações. Entre as “pessoas comuns”, a visão sobre raça e identidade regional nem sempre seguiu a de suas lideranças. Entretanto, eu gostaria de argumentar que aqueles que se engajaram na luta tiveram que adotar um certo “script” sobre a superioridade paulista (e a inferioridade dos não paulistas) que circunscreveria severamente as posições sobre raça, classe ou gênero que poderiam ser expressas publicamente.⁴⁴

O pequeno mas barulhento grupo de paulistas que abertamente defendiam o separatismo – que nós podemos chamar de construtores da nação, por outros meios, – pôde, por razões óbvias, empregar as imagens mais abertamente racistas. Previsivelmente, os separatistas expressaram sua hostilidade mais violentamente contra nortistas e nordestinos – mais uma vez, a pobreza severa e a decadência econômica (agora denominada “atraso”) da região, bem como sua grande população não-branca, proporcionavam os elementos perfeitos para a declaração da vasta superioridade de São Paulo.⁴⁵ Na sua curta existência, o jornal “O Separatista” freqüentemente recorria a caricaturas degradantes e humor racista para ridicularizar os brasileiros de origem nordestina (por exemplo, diziam, jocosamente, que os paulistas estavam planejando erguer um monumento para o sanguinário bandido nordestino Lampião, em gratidão pelo seu papel na redução do número de nordestinos).

Mas, em momentos de grande desespero, os separatistas deixaram cair totalmente o roto véu da cordialidade e recorreram à mais explícita forma de demagogia racial, como no manifesto lançado depois da derrota de outubro, alegando que era urgente a secessão, pois era melhor ser uma “nação pequena” do que continuar a ser “meros associados de uma terra inviável, dominada por mestiços que têm almas de escravos, e que estão a apenas um passo distantes dos seus ancestrais, cujos corpos foram escravizados aqui e na África...” O manifesto continua a descrever esses invasores rapaces como “simples associados duma patria inviavel, onde dominam mestiços de alma escrava, muito próximo ainda de paes cujo corpo também foi escravo por séculos—aqui e em Africa... filhos da senzala e da miséria, victimas de climas destruidores, encrostadas da ignorancia mais crassa, essa gente que já vae perdendo a forma humana, taes as desgenerescências phisicas que a assaltam...” E termina denunciando os “mestiços de escravos, sordida esculdalha brasileira, gerada nas senzalas, elles querem escravisar-te”.⁴⁶

A despeito do uso explícito de imagens racistas, mesmo os separatistas não aderiram exclusivamente às clássicas noções do racismo “científico”. Eles também sustentaram amplamente perspectivas sobre os estágios de civilização, argumentando que o Amazonas ainda estava num estágio de caçadores e coletores, o nordeste num estágio pastoril ou agrícola, enquanto somente São Paulo havia entrado na “era industrial”, o que o diferenciava do restante do Brasil.⁴⁷ Mesmo o calunioso manifesto citado acima, com suas referências sobre os efeitos da escravidão, do clima, das doenças e misérias, não se baseava completamente nos princípios convencionais das doutrinas do racismo biológico para denegrir os brasileiros de outras regiões.⁴⁸ Livre da necessidade de conquistar o apoio de aliados de outras regi-

ões, a pequena facção dos separatistas pôde produzir a mais extrema versão do discurso racializado, mas eu sustentaria que havia uma considerável sobreposição, em ambas as direções, entre a retórica desse grupo e de outras facções, ostensivamente mais moderadas, que apoiavam a Revolução de 1932. Mesmo aqueles paulistas que aparentemente rejeitavam as determinações ideológicas raciais, e preferiam as explicações culturais e econômicas para a “diferença” de São Paulo, freqüentemente empregavam discursos de civilização e progresso de tal modo que implicitamente racializavam o conflito entre São Paulo e o governo central.⁴⁹

Muitos paulistas que defendiam a autonomia regional e uma débil confederação de estados – apenas o suficiente para impedir uma verdadeira secessão – proferiam argumentos que formavam uma versão mais discreta do separatismo. Um dos mais proeminentes na facção dos autonomistas era Alfredo Ellis Jr., um conhecido historiador e político republicano. No seu “Confederação ou Separação?”, publicado no início de 1932, Ellis enfatizava dois temas: a “divergência” étnica das várias regiões do Brasil e o desenvolvimento extremamente desigual das suas regiões. Ambas as características, ele argumentava, tinham se tornado mais pronunciadas desde a abolição da escravidão e da transição da Monarquia à República, quando a imigração “branqueou” ainda mais São Paulo e esse estado emergiu, de longe, como o mais rico da nação.

Ellis, diferentemente dos seus colegas mais moderados no movimento, nunca evitou a utilização explícita de “evidências” e argumentos racializados. Por exemplo, embora reconhecesse que todas as regiões brasileiras tinham misturas raciais, ele sustentava que São Paulo tinha 85% “de brancos puros”, enquanto a Bahia tinha apenas 33%. Por isso, ele sustentava que tais “divergências” raciais se traduziam em laços nacionais débeis.

Será puro lyrismo sentimental, se chamaram irmãos, um *dolico-louro* do Rio Grande do Sul, um *brachy-moreno* de S. Paulo, um *dolico-moreno* de Minas ou um *platycephalo amongoilado* do Sergipe, ou do Ceará, ou um negro de Pernambuco.⁵⁰

Nada do que foi acima mencionado é especialmente surpreendente, vindo da bagagem intelectual de Ellis, dada sua trajetória como historiador que trabalhou com o tema dos bandeirantes, ajudando a construir a lenda da “raça de gigantes” do planalto paulista (além do fato de ele ser um descendente devotado de um expatriado da Confederado do Brasil). Entretanto, muitos dos argumentos de Ellis nesses dois livros não são diretamente derivados de categorias raciais, mas ao invés disso, eles se apóiam muito mais nas noções “canônicas” sobre a

superioridade cultural, cívica e econômica de São Paulo. De fato, a maior parte do livro citado consiste de argumentos econômicos em favor da autonomia paulista em face da manobra de centralização de Vargas, com particular ênfase, amplamente ilustrada por dezenas de tabelas, na massiva contribuição de São Paulo ao tesouro federal. Assim, na medida em que seu argumento se desdobra, os elementos *explicitamente* racialistas se desvanecem, para ressurgir no contexto da linguagem dos estágios da civilização, um conceito o qual Ellis atribui uma dimensão de implicações culturais e políticas. Desse modo, em a “Nossa Guerra”, Ellis afirma que os *nortistas* apóiam a ditadura de Vargas porque seu estágio de desenvolvimento econômico e civilizacional torna um “regime constitucional” dispensável: “elles Estados pequenos, que estão em um grau de civilização muito mais atrasado, em um desenvolvimento econômico muito menor, etc., não tem as mesmas necessidades... [de São Paulo]”⁵¹

O poeta modernista Menotti Del Picchia, no seu “A Revolução Paulista”, usou um refrão similar. Uma figura proeminente entre os escritores modernistas de São Paulo durante os anos 1920, muitos dos quais apoiavam ávidamente a revolta paulista, Menotti insistiu que o movimento de 1932 foi uma expressão da “revolução cultural” que tivera início com a Semana de Arte Moderna em 1922.⁵² A despeito, ou talvez por causa das suas simpatias nacionalistas, Menotti defendia o federalismo e a autonomia regional, oferecendo como justificativa o fato de “se encontram na base da heterogeneidade ethnica das populações brasileiras, da sua formação histórica como povo e das diferenças de nível economico e industrial.”⁵³ Ele argumentava, na mesma senda de Ellis, que “não há nação mais desigual que a brasileira” Consistentemente ligando o nível de desenvolvimento econômico com a política cultural, Menotti argumentava que o estágio do progresso econômico de São Paulo tornava seus habitantes especialmente temerosos de que a ditadura pudesse causar distúrbios na ordem e na indústria. Além disso, entre os brasileiros, apenas os paulistas eram suficientemente “cultos” para se opor à ditadura. Mais uma vez, fazendo eco a Ellis, ele afirma que muitas das demais regiões do Brasil, sendo predominantemente rurais e pré-industriais, estavam perfeitamente de acordo com um regime ditatorial: o papel da lei só é atrativo para sociedades, como as de São Paulo, que são “cultas e policiadas.”⁵⁴

Sobre esse mesmo tema, Vivaldo Coaracy argumentava que São Paulo, por conta do seu caráter único, “baseado numa individualidade robusta e intrépida” estava sozinho entre as regiões do Brasil na denúncia da ditadura:

O que singularizou São Paulo dentro da União foi o determinismo económico, [...] o espírito de iniciativa suscitada em reação a coação colonial, as tradições que se acumularam, toda essa trama que constitui a base viva da História [...]. São

Paulo tornou-se diferente. E porque seja diferente não pode ser compreendido. É por isto que São Paulo está só!⁵⁵

Num outro momento, Coaracy, como Ellis, enfatizou a geografia da diversidade racial brasileira como o fator principal para a evolução nacional desigual.⁵⁶ Em outras palavras, intelectuais e políticos paulistas não abandonaram necessariamente um discurso racista quando mudaram para a linguagem do “estágio de civilização”.⁵⁷ Mesmo Mário de Andrade, hoje celebrado como um dos mais críticos e criativos entre os escritores modernistas, com respeito ao racismo, afirmava que São Paulo era “maior que o Brasil,” e ridicularizava as tropas federais que vieram “matar paulistas” comparando-as a tribos indígenas primitivas.⁵⁸

Novamente, esse tipo de argumento e de linguagem não estava confinado aos escritos de um punhado de intelectuais paulistas. Virtualmente, em cada jornal diário, em cada revista popular, em cada rádio, em folhetos e panfletos distribuídos nas ruas, mesmo em cartas particulares e diários, pode-se encontrar não apenas afirmações da superioridade e grandeza de São Paulo, mas também declarações sobre a inferioridade e barbárie dos brasileiros de outras regiões. Um excelente exemplo é a seguinte descrição dos esforços do governo Vargas em combater a Revolução Constitucionalista do jornal *O Estado de São Paulo*:

Despejando contra a mocidade de São Paulo, contra os estudantes, os médicos, os advogados, os engenheiros, os comerciantes, os fazendeiros, os homens de trabalho e os homens de inteligência uma jagunçada colhida nos sertões, arrebanhada nas fronteiras e aliciada até fora do paiz. Contra um povo civilizado lança levas de facinoras.⁵⁹

Do mesmo modo, uma manchete de *A Gazeta* informava aos cidadãos de São Paulo que “A Dictadura Lança Mão dos Jagunços Fanáticos contra o Exército Consciente da Liberdade”⁶⁰

Talvez, ainda mais reveladora seja uma narrativa de segunda-mão de um encontro atípico entre soldados paulistas e forças federais. Durante um improvisado cessar-fogo, segundo o relato de um soldado paulista, ele e seus companheiros se envolveram numa comovedora conversa com seus perseguidores brasileiros do Rio Grande do Sul, em que ambos os lados expressaram o seu lamento de “lutar contra irmãos”. Mas o idílio terminou quando um “desvairado mulato nordestino” intrometeu-se na conversa e começou a ameaçar os paulistas.⁶¹ Em outras palavras, a despeito da guerra, havia uma solidariedade natu-

ral entre brasileiros brancos e de classe-média de diferentes estados, mas a “mosca na sopa” eram os não-brancos nordestinos, cujo atraso e ignorância se transmutavam em hostilidade e inveja dos paulistas.

Os paulistas, ansiosos por obter apoio de outras regiões e combater as “mentiras” dos opositores acerca da ambição separatista de São Paulo, insistiam que o Constitucionalismo era um movimento de auto-sacrifício “formado no espírito da *brasilidade*”, para redimir o Brasil de uma ditadura opressiva. Conseqüentemente, o “revolucionário” *Jornal das Trincheiras* inicialmente retratava a identidade paulista como transcendendo às fronteiras regionais; por conta da rebelião, o significado do termo paulista “ampliou-se, alargou-se, estendeu-se, para abranger em seu âmbito muito mais do que a simples designação de um acidente de nascimento,” mais que isso, havia se tornado uma categoria que incluía todos aqueles que “pensam com São. Paulo.”⁶²

Essa mensagem de *paulistanidade* transcendente encontrou alguma ressonância entre grupos além das fronteiras de São Paulo – principalmente ambiciosos profissionais de classe média das faculdades de direito e medicina dos centros urbanos do Brasil. Mas tornou-se difícil superar o peso do separatismo, precisamente porque mesmo aquelas facções do movimento paulista que expressavam maior devoção à *brasilidade* não podiam estabelecer laços de solidariedade horizontal com o resto da nação.⁶³ A despeito de alguns esforços, o *Jornal das Trincheiras* não podia sustentar essa posição: quando as derrotas se acumularam e a guerra estava para se decidir, o jornal recorreu a uma retórica inflamada, incluindo um artigo de página frontal que definia a guerra como a luta ente duas idéias diferentes de civilização, “para não dizer ente civilização e barbarismo.”⁶⁴

RAÇA, IDENTIDADES REGIONAIS E DISCURSOS DE DEMOCRACIA.

A limitada ressonância do discurso constitucionalista além das fronteiras do estado quase não surpreende dada sua ênfase em como São Paulo era superior e distinto, comparado ao restante do Brasil, indicando o limite de um esforço manifestamente regionalista para re-imaginar a nação. Assim os paulistas podiam zombar dos clamores anti-constitucionalistas que diziam que São Paulo estava tentando converter as outras regiões do Brasil em suas colônias econômicas; mas havia, contudo, alguma coisa distintivamente “colonial” no modo como São Paulo posicionava o restante do Brasil e, especialmente as áreas pobres do nordeste, retratadas como politicamente imaturas, economicamente subdesenvolvidas e culturalmente atrasadas.

Essas atitudes ajudam a explicar um silêncio inicial desconcertante no discurso constitucionalista. Podia-se esperar de um movimento que estava convocando o povo contra a ditadura um uso extensivo do termo “democracia”, uma

palavra que, mesmo no início de 1930, era amplamente considerada a expressão antítese da ditadura. Mas houve notoriamente poucas referências à necessidade de democratização nos escritos e discursos do movimento. Havia incontáveis referências à necessidade de uma constituição, para a restauração da ordem e das regras da lei, mas, em geral, os paulistas silenciaram sobre o problema da democracia. Nas raras ocasiões em que o tema apareceu, era possivelmente para ser questionado. Assim, temos a pouco usual afirmação de Vivaldo Coaracy que, em “O Caso de São Paulo”, escreveu:

A diferença no ritmo evolutivo estabeleceu forçosamente, uma hierarquia entre os Estados brasileiros [...] A democracia proclama a igualdade civil entre os cidadãos e tende a conceder-lhes a igualdade política. Mas é incapaz de criar a igualdade natural...⁶⁵

A partir dessa perspectiva, podemos compreender melhor o vácuo político que existia no Brasil durante o início dos anos 30, no que diz respeito à democracia, com Vargas apontando para um apelo autoritário e populista em direção às classes populares, e uma suposta classe média liberal paulista identificada com a hierarquia e com uma noção não inclusiva de direitos políticos. Ironicamente, sob essas circunstâncias, foi o ditador Vargas e seus aliados, não os “liberais constitucionalistas” de São Paulo, que estiveram mais dispostos a favorecer uma eventual transição para uma ampla democracia política. O regionalismo (mas ao mesmo tempo nacional) paulista, tão identificado com as classes média e altas, brancas, de São Paulo, tinha pouca capacidade para sustentar uma mobilização popular, tornando a democratização um desafio implícito ao domínio paulista. Tanto antes quanto durante a campanha constitucionalista, as elites paulistas se referiam aos habitantes das regiões menos “avançadas” como um impedimento para a formação de uma cultura nacional coerente e progressiva. Mas eu argumentaria que foi precisamente a insistência dos paulistas em uma *hierarquia*, (e não em uma diversidade) de identidades regionais que forneceu o maior impedimento para uma cultura nacional democrática mais progressiva no início dos anos 30.

Essa estrutura hierarquia, além disso, assentava-se sobre conceitos racializados. Enquanto muitos dos expoentes e cronistas da Revolução de 1932 não recorreram explicitamente a idéias racistas na definição do caráter regional, elementos-chave na construção da identidade paulista – os tropos de civilização e modernidade – serviam facilmente para um discurso racializado sem precisar fazer referência explícita à raça e cor. Em qualquer contexto, São Paulo era apresentado não apenas como o mais próspero, mas também como o mais civilizado, o mais culto e o mais moderno. E esse modo de representação de-

pendia de um agudo contraste com outras regiões do Brasil, especialmente o nordeste, com sua grande e empobrecida população não branca, representada como atrasada, inculta e semi-civilizada.

Como Paul Gilroy argumentou, em *The black Atlantic*, que em um mundo em que a modernidade está tão rotineiramente associada à cultura européia, ao embranquecimento, é difícil desenvolver esse conceito em termos racialmente neutros.⁶⁶ Alguns estudiosos da ideologia racial tenderam a fazer uma aguda distinção entre o racismo biológico e o racismo cultural, em que o segundo parece menos pernicioso que o “verdadeiro” racismo baseado na noção de diferenças biológicas. Mas penso que esse episódio histórico específico em São Paulo mostra-nos, com exemplos abundantes, o considerável deslizamento de uma linguagem racista para a outra, e o modo pelo qual o discurso baseado em processos históricos e inclinações culturais pode ser ao mesmo tempo mais flexível e mais durável.⁶⁷

A pretensão paulista à superioridade, é claro, não ficaria sem resposta. Dada a considerável competição pelo poder nacional aberta pela Revolução de 30, o momento tornou-se auspicioso para a competição entre interesses regionais pela construção de uma identidade nacional que abertamente desafiava o exclusivismo racial dos paulistas. Novamente, sem ignorar as falhas e os defeitos da noção de “democracia racial”, é necessário reconhecer que, nesse contexto histórico particular, o discurso da democracia racial imaginou uma versão muito mais inclusiva para a comunidade nacional brasileira do que o oferecido pela intelectualidade paulista.⁶⁸ Ele pode ter sido um discurso nacionalista que ocultou a discriminação racial e desencorajou a militância em torno de identidades de cor, mas, em contraste com a perspectiva paulista de nação, não expungiu as etnicidades não européias da história do Brasil colonial ou do Brasil independente, nem tampouco imaginou uma nação em que o branqueamento era a única garantia de modernidade e progresso.

É muito significativo que Gilberto Freyre, o homem que arquitetou o conceito de democracia racial, escrevesse não de um abstrato espaço supra-regional, mas do contexto imediato do regionalismo nordestino, e com o objetivo consciente de reabilitar a cultura da sua região de origem na nação brasileira.⁶⁹ Para Freyre, assim como para os intelectuais paulistas, imaginar a identidade nacional não significava rejeitar lealdades regionais, mais que isso, as identidades regionais forneciam a matéria-prima para a composição das identidades nacionais. A diferença é que o regionalismo de Freyre produziu uma visão de nação que poderia ressoar tanto as aspirações das elites quanto as aspirações populares, de uma maneira que a visão explicitamente racista, excludente e hierárquica dos paulistas não poderia.⁷⁰

NOTAS

¹ Barbara Weinstein, "Racializing Regional Difference: São Paulo vs. Brazil, 1932," in Nancy Appelbaum, Anne Macpherson and Karin Roseblatt, eds., *Race and Nation in Modern Latin America* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2003), pp. 237-262. Tradução e revisão técnica Adriano Luiz Duarte e Rosane Silveira, respectivamente professores dos departamentos de história e de língua e literatura estrangeira da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Mário de Andrade, "Guerra de São Paulo" (manuscrito inédito) Coleção Mário de Andrade, Caixa I, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

³ Tipicamente, estudos de política regional terminam em 1937, com a declaração do Estado Novo de Vargas, uma versão mais autoritária e centralizada do regime. Ver, por exemplo, Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford: Stanford U. Press, 1980), e John D. Wirth, *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford: Stanford U. Press, 1977). Love corretamente argumenta que o federalismo e o regionalismo não são sinônimos, mas que o fato de os estudos políticos baseados na região não terem ido além de 1937 certamente reforça a noção de que Vargas efetivamente centralizou a política brasileira. Love "A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)" In: Carlos G. Mota, (ed.) *Viagem Incompleta*. São Paulo. Editora Senac, 2000, p. 121-160.

⁴ Para um relato padrão do impacto de Freyre na conceitualização da identidade nacional brasileira ver: Bradford Burns, *A History of Brazil*, 3rd ed. New York: Columbia University Press, 1993, p. 329-331; ver também Peter Fry, "Politics, Nationality, and the Meanings of "Race" in Brazil," *Daedalus* 129:2 (primavera 2000), p. 86-90; sobre mestiçagem e identidade brasileira, ver Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Sobre a ideologia do branqueamento ver Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York: Oxford University Press, 1974. A linha de separação entre o pensamento de Freyre e a idéia de branqueamento é, muitas vezes, vaga. Cf. Skidmore, *Black into White*, p. 192. (N.T. Skidmore, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Coleção estudos brasileiros; v. 9). O próprio Freyre argumentou que o Africano estava "desaparecendo" da sociedade brasileira, mas como em discursos de mestiçagem, sua ênfase estava no "almalgamamento", não na marginalização ou na diluição por meio da imigração, e ele não promovia ansiosamente a extinção de todo africanismo da cultura brasileira. Gilberto Freyre, *Brazil: An Interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.

⁵ Merece menção um importante ensaio de Emília Viotti da Costa, "The Myth of Racial Democracy: A Legacy of the Empire," in *The Brazilian Empire: Myths and Histories* Belmont, CA: Wadsworth, 1988, 234-246, que historiciza o conceito de democracia racial. Uma crítica mais recente está em Frances Winddance Twine, *Racism in a Racial Democracy* New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

⁶ De acordo com Carlos Haselbang (citado in Twine, *Racism in a Racial Democracy*, p. 6) "Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra as atividades anti-racistas" Foi essa a intenção de Freyre? Isso parece improvável, dado o papel insignificante de ativistas anti-racistas no Brasil quando seu trabalho apareceu nos anos 1930. Mas ele praticamente não se esforçou para prevenir que seu trabalho fosse usado pelos apologistas do colonialismo português ou pelo autoritarismo brasileiro.

⁷ Estamos começando a ver uma mudança nas abordagens sobre democracia racial, com cada vez menos denúncia e cada vez mais abordagens nuançadas, incluindo trabalhos que enfatizam seus múltiplos usos discursivos (ao invés de caracterizá-los como um "mito"). Ver Howard Winant, "Re-thinking Race in Brazil," *Journal of Latin American Studies* 24 (1992), p. 173-192. E Sueann Caulfield, "Interracial Courtship in the Rio de Janeiro Courts, 1918-1940," *Race and Nation in Modern Latin America*, ed. by N. Appelbaum, A. Macpherson, and K.A. Roseblatt (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2003), 163-186.

⁸ A melhor história resumida da Revolução de 1932 é Maria Helena Capelato. *O Movimento de 1932: A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁹ Ver Barbara Weinstein "Brazilian Regionalism" *Latin American Research Review* 17:2 (Summer 1982), p. 262-76; Ruben George Oliven. *A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992, cap. 2; Vera Alice Cardoso Silva. "O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica," In: Marcos A. da Silva. coord. *República em Migalhas* São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 42-47.

¹⁰ Para o caso comparável do norte da Itália, ver: Antonio Gramsci. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971, p. 70-1, 94.

¹¹ Ver, por exemplo, Pierre Vallières *White Niggers of America: The Precocious Autobiography of a Quebec "Terrorist"* New York: Monthly Review Press, 1971. Sobre o regionalismo no contexto da Europa, ver Celia Applegate "A Europe of Regions: Reflections on the Historiography of Sub-National Places in Modern Times" *American Historical Review* 104:4 (Oct. 1999), 1157-1182.

¹² Sobre o regionalismo antioquenho, ver Nancy Appelbaum "Whitening the Region: Caucaño Mediation and 'Antioqueño Colonization' in Nineteenth-Century Colombia" *The Hispanic American Historical Review* 79:4, November 1999.

¹³ Thomas Skidmore, *Black into White*, cap. 2-3.

¹⁴ George Reid Andrews. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991, cap. 3. (N.T. George Reid Andrews. *Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988*. Trad. Magda Lopes. Bauru. Edusc, 1998.) Andrews menciona que o entusiasmo pela imigração declina nos anos 20, na medida em que se intensificaram o do nacionalismo e a aversão pela agitação anarquista. Acompanhando esse declínio do entusiasmo havia uma campanha de valorização do trabalhador "nacional", o qual continuou sendo construído em termos altamente racializados e freqüentemente aviltantes.

¹⁵ Prasenjit Duara. *Rescuing History from the Nation*. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 177-204.

¹⁶ Maria Lígia Coelho Prado. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 97-114.

¹⁷ Love, Joseph. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 119-121

¹⁸ O relato de Burns, *A History of Brazil*, p. 352, é um exemplo dessa interpretação sobre a revolta: "O significado da revolta era claramente discernível no seu limitado apelo geográfico e popular... Mas do que qualquer coisa, a rebelião parecia ser a última ação da oligarquia paulista que desejava restaurar o seu passado de privilégios e poder, e o governo a tratou como tal. As forças federais convergiram para a capital de São Paulo, e depois de três meses de cerco e luta desordenada, a revolta entrou em colapso."

¹⁹ Prado, Maria Lígia. *A Democracia Ilustrada*, p. 97-99.

²⁰ Sobre os industriais que apoiaram o levante contra Vargas, ver Barbara Weinstein, *For Social Peace in Brazil* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996, p. 62-66. (N.T. Weinstein, Bárbara. (re) fundação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. Trad. Luciano Machado. São Paulo. Cortez, 2000.)

²¹ Já na década de 1880 o chauvinismo paulista tinha produzido um pequeno, mas influente movimento separatista. Ver Cássia Chrispiniano Adduci. "A 'Pátria Paulista': O Separatismo como Resposta à Crise Final do Império Brasileiro". Tese de mestrado, São Paulo, PUC, 1998.

²² Novamente, a literatura sobre o tema é vasta. Alguns dos melhores trabalhos são Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia* São Paulo. Ciências Humanas, 1982 [1966]; Warren Dean, *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969; (N.T. Warren Dean. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. Difusão Européia do Livro/Edusp, 1971) Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo. Difel, 1977.

²³ Destacando a percepção da trajetória singular de São Paulo estava a estagnação ou o declínio de regiões como Minas Gerais, o interior do Rio de Janeiro e o nordeste. A difusão dos métodos estatísticos e de registro de dados também criaram um contexto representativo dentro do qual se pôde rápida e dramaticamente visualizar a "superioridade" de São Paulo sobre outras regiões. Ver: Alfredo Ellis Júnior, *Confederação ou Separação?* São Paulo. Paulista, 1934; T. de Souza Lobo. *Brasil Confede-*

rado. São Paulo. Escolas Coração do Jesus, 1933.

²⁴ Nicolau Sevcenko. *Orfeu estático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

²⁵ Para uma discussão particularmente persuasiva sobre essa tendência, ver Tânia Regina de Luca, *A Revista do Brasil: Diagnóstico para N(ação)*. São Paulo. Editora UNESP, 1999, p. 108. Nicolau Sevcenko afirma que o carioca Euclides da Cunha, na virada do século, “deu como estabelecidos fatos válidos e estimulantes, a hegemonia inglesa sobre o mundo e a paulista sobre o Brasil...” *Literatura como Missão*. São Paulo. Brasiliense, 1983, p. 124.

²⁶ De Luca, Tânia Regina. *A Revista do Brasil*, p. 78.

²⁷ Em outras palavras, essas regiões estariam sempre mais distantes em sentido histórico (e, portanto, seriam inferiores) em relação a São Paulo. Para uma discussão provocativa do que ela chama “a idéia imperial do tempo linear” e “o tempo do panóptico” ver Anne McClintock, *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York and London: Routledge, 1995, p. 9-11; 36-42.

²⁸ Baptista Pereira. *Pelo Brasil Maior*. São Paulo, 1934, [s.n.] p. 347.

²⁹ De Luca, Tânia Regina *A Revista do Brasil*, cap. 1.

³⁰ Por exemplo, como parte das celebrações do quarto centenário em 1954, a cidade de São Paulo organizou o que uma revista carioca chamou “A maior procissão folclórica jamais realizada na América Latina”, mas quase todas as apresentações foram “importadas” de outras regiões do Brasil. De fato, de acordo com a revista, “a maior parte dessa apresentação variada constituiu uma completa novidade para os paulistas”. *O Mundo Ilustrado* 84, Setembro. 8, 1954, p. 25.

³¹ Pierre Bourdieu. “Identity and Representation: Elements for a Critical Reflection on the Idea of Region,” *Language and Symbolic Power*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991, p. 221-3. [N.T. “Identidade e representação: elementos para a crítica da reflexão sobre a idéia de região”. In: *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.]

³² Para exemplos da construção do mito bandeirante, ver: Paulo Prado, *Paulística: História de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1925, e Alfredo Ellis Júnior, *Raça de Gigantes*. São Paulo. Novíssima, 1926. O melhor estudo histórico sobre a construção do mito bandeirante é: Kátia Maria Abud. *Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de um Símbolo Paulista - O Bandeirante*. Tese de doutorado, USP, 1985.

³³ Discuto esse tema tão persistente na historiografia da escravidão em: *The Decline of the “Progressive Planter and the Rise of Subaltern Agency: Shifting Narratives of Slave Emancipation in Brazil”* In: *Reclaiming the Political in Latin American History: Essays from the North* Durham: Duke University Press, 2001. 81-101.

³⁴ Dalmo Belfort de Mattos, “A influência negra na alma paulista” *Paulistânia* 3, Oct. 1939. [grifos meus]. Ele também sustenta que a relação entre a São Paulo branca e não-branca no período colonial era de 3 para 1, uma estatística que parece pouco mais que um desejo racista.

³⁵ Prasenjit Duara, “Historicizing National Identity, or Who Imagines What and When” in Geoff Eley and Ron Grigor Suny, eds. *Becoming National*. Oxford. Oxford University Press, 1996, p. 151-74. Duara inventou a palavra “discent” para expressar ambos: descendência e dissenso. A frase “fictive ethnicity” [etnicidade imaginária] vem de Etienne Balibar, “The Nation Form: History and Ideology,” in Eley e Suny, ed., *Becoming National*. p. 132-49.

³⁶ Algumas importantes figuras paulistas, contudo, acharam difícil suprimir seu desprezo por outras regiões. Ver Paulo Duarte, *Que é Que Há?* São Paulo: n. p., 1931, p. 38-9.

³⁷ *A Gazeta*, 24 de agosto de 1932, p. 1.

³⁸ Mário de Andrade, *Guerra de São Paulo*.

³⁹ Vivaldo Coaracy. *A Sala da Capela*. São Paulo. Livraria José Olympio, 1933, p. 14. As imagens evocadas aqui por Coaracy são um pastiche interessante: afiar os dentes era uma prática associada aos sertanejos descendentes de africanos, mas as outras características (olhos pequenos, amarelos, oblíquos) parecem remeter a um estereótipo depreciativo associado às tropas japonesas que, recentemente, (1931-32) haviam ocupado a Manchúria.

⁴⁰ Paulo Duarte, *Que é Que Há?*, p. 257-8.

⁴¹ No final de “Os Sertões”, o próprio Euclides da Cunha mostrou pouca certeza sobre a questão de quem eram as forças da civilização, mas esse aspecto da sua obra-prima tende a ser esquecido. Alguns escritores paulistas em 1932 ecoaram a admiração ressentida de Euclides da Cunha pelo sertanejo, mas sempre descrevendo a coragem dos homens dessa terra atrasada como sendo a bravura irracional de um homem semi-primitivo. “Viva o Sertão!” Folha da Noite, 15 de setembro de 1932, p. 2. Alguns jornalistas de fato sustentaram que as tropas federais haviam sido recrutadas na região de Canudos, bem como do Contestado, lugar de outra grande rebelião milenarista, i.e., o governo havia deliberadamente recrutado “fanáticos irracionais” para combater São Paulo. *A Gazeta*, 7 de agosto de 1932, p. 3; E 24 de agosto de 1932, p. 1.

⁴² Num intrigante artigo sobre a depreciação da cidadania num “universo relacional”, Roberto da Matta argumenta que nenhum brasileiro aspira a ser mero cidadão, visto que isso implica igualdade destituída de tratamento privilegiado. “The Quest for Citizenship in a Relational Universe” In: John D. Wirth et al. *State and Society in Brazil*. Boulder, CO. Westview, 1987, p. 307-35. Seu argumento considera apenas o comportamento individual estruturado por relações de patronagem e clientela. Eu argumentaria que essas são, simultaneamente, noções de hierarquia que situam certas coletividades dentro da nação brasileira como mais privilegiadas que outras – mais merecedoras da cidadania plena.

⁴³ C. R. Cameron para Walter C. Thurston [Chargé, RJ], São Paulo Political Report no. 49, Aug. 9, 1932, Record Group 59, “Records of the Department of State Relating to the Internal Affairs of Brazil, 1930-1939.” Ênfase da autora. Sou grata a James Woodard por essa citação.

⁴⁴ Eu exploro os limites discursivos da emancipação da mulher durante essa campanha em: “Inventing a Mulher Paulista: Politics and the Gendering of Brazilian Regional Identities in the 1932 São Paulo Revolution,” texto inédito. Peter Wade assinala corretamente que as construções da branca paulista poderiam ser consideravelmente “nuançadas pela atenção à realidade da vida paulista”, mas eu escolho focar no nível da representação porque acredito que é nele que os termos do debate estavam postos (embora não fixados), e que ninguém escapou desses limites discursivos; concordando em matar ou morrer pela causa paulista, os participantes tinham pouco espaço para contestar essas representações dominantes. Para uma discussão da “civilização” como um tropo que estruturou tanto os discursos hegemônico quanto os de oposição, ver: Gail Bederman, *Manliness and Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

⁴⁵ Duarte, Paulo. *Que é Que Há?* p. 257-8.

⁴⁶ “Paulista, Não te Desanimes,” Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Coleção Rev. de 1932, Pasta 357, Doc. 673.

⁴⁷ São Paulo, 1932. AESP, coleção fac-similar. Essa foi uma variação da conhecida imagem de São Paulo como a locomotiva puxando um trem dilapidado com carros vazios.

⁴⁸ Para uma discussão sobre o modo como os discursos do racismo cultural e racismo científico informam um ao outro, ver: Ann L. Stoler, “Sexual Affronts and Racial Frontiers: European Identities and the Cultural Politics of Exclusion in Colonial Southeast Asia,” in Frederick Cooper and Ann L. Stoler, eds., *Tensions of Empire*. Berkeley. University of California Press, 1997, p. 198-237.

⁴⁹ Pereira Baptista, *Pelo Brasil Maior*, p. 347.

⁵⁰ Alfredo Ellis, *Confederação ou Separação?*, p. 20.

⁵¹ Alfredo Ellis, *A Nossa Guerra*. São Paulo. Editora Piratininga, 1933, p. 128.

⁵² Menotti del Picchia. *A Revolução Paulista*, 4th ed. (São Paulo: [s.n.], 1932, p. vii-viii.

⁵³ *Ibid*, p. x.

⁵⁴ *Ibid*, p. 26-7.

⁵⁵ Vivaldo Coaracy. *O Caso de São Paulo*. São Paulo: Editora Ferraz, 1932, p. 135. É interessante mencionar que Coaracy não era natural do Estado de São Paulo.

⁵⁶ Ver o capítulo: “Os dois Brasis” In: Coaracy. Vivaldo. *Problemas Nacionaes*. São Paulo: [s.n.], 1930.

⁵⁷ Eu concordo com Ann Stoler “Sexual Affronts” p. 214, para quem até mesmo no ápice da influência do racismo cultural, a ideologia racista tende a obscurecer os limites entre a cultura e a biologia. Ver também Sidney Chalhoub, “The Politics of Disease Control: Yellow Fever and Race in 19th-Century

Rio de Janeiro," *Journal of Latin American Studies* 23:3 (Oct. 1993), p. 441-63. (N.T. Uma versão ampliada desse artigo encontra-se em Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Cia. das letras, 1996, cap. II)

⁵⁸ Mário de Andrade, "Guerra de São Paulo", Op. Cit. Isso é ainda mais surpreendente quando se sabe que o próprio Mário de Andrade era de origem mestiça.

⁵⁹ O Estado de São Paulo, 19 de julho de 1932.

⁶⁰ A Gazeta, 7 de agosto de 1932, p. 3.

⁶¹ AESP, Col. Rev. de 1932, Pasta 378, Doc. 1587, p. 9-10. Cabe notar que a identidade 'racial' dos nordestinos, na perspectiva dos paulistas, era bastante instável. A depreciação racial típica "cabeça chata" poderia vagamente descrever a mistura entre portugueses, índios e africanos, enquanto, em outros contextos, os nortistas eram chamados de negros e mulatos.

⁶² "Paulistas," *Jornal das Trincheiras* 5, 28 de agosto de 1923, p. 1.

⁶³ Sobre a solidariedade horizontal como aspecto-chave para a identidade nacional, ver Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983, p. 7. [N.T. Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989.]

⁶⁴ "Paulistas" *Jornal das Trincheiras* 5, 28 de agosto de 1932, p. 1.

⁶⁵ Vivaldo Coaracy, *O Caso de São Paulo*, p. 18.

⁶⁶ Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993, p. 2. [N.T. Gilroy, Paul *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Kinipel Moreira. Rio de Janeiro. Editora 34, 2001.]

⁶⁷ Sobre a maneira como a identidade cultural permite a fusão entre raça e nação, ver Gilroy "One Nation Under a Groove", in: Eley and Suny, *Becoming National*, p. 357.

⁶⁸ *Ibid.* Para estar seguro, o próprio Vargas (preso em batalhas com interesses regionais em São Paulo e no Rio Grande do Sul) apresentou essa questão como "ou este ou aquele", simbolizada pela queima ritual das bandeiras em 1937. Sobre Vargas e o regionalismo, ver seu *Diário*, especialmente Vol. II, 1937-1942. Rio de Janeiro. Siciliano/FGV, 1985, p. 9-101.

⁶⁹ Para uma discussão cuidadosa sobre a relação entre o regionalismo de Gilberto Freyre e suas idéias sobre modernidade e identidade nacional, ver: Oliven, "O nacional e o regional na construção da identidade brasileira", in: *A Parte e o Todo*, p. 31-45. Sobre o esforço regionalista para branquear o "homem do nordeste", ver: Stanley E. Blake, *The Invention of the Nordeste: Race, Region, and Identity in Northeastern Brazil, 1889-1945*. Ph.D. diss., SUNY at Stony Brook, 2001.

⁷⁰ Mais uma vez, não precisamos concentrar todas as nossas energias em desenterrar o "mito" da democracia racial; podemos considerar o significado da circulação desse discurso, tanto ente as elites quanto entre as classes populares. Para uma discussão estimulante sobre esses tópicos, ver: Sueann Caulfield, *In Defense of Honor: Sexual Morality, Modernity, and Nation in Early 20th-Century Brazil*. Durham: Duke U. Press, 2000, cap. 5. Sobre o regionalismo de Freyre e a identidade nacional, ver Hermano Vianna, *The Mystery of Samba: Popular Music and National Identity in Brazil*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1999, 40-42. [N.T. Vianna, Hernano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1995.]